



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 001 /2016
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 32.913/2015

1. PREÂMBULO

(Art. 40º da Lei nº 8.666/93)

(Art. 3º, IV e 4º; VI Lei nº 10.520/02)

1.1 - A CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE, através de seu Presidente, torna público que seu Pregoeiro Oficial, Sr. Manoel Ferreira Neto, instituído pela Portaria n.º 001/2015 de 05/01/2015, estará reunido com sua equipe de apoio, para receber as documentações e propostas, conforme o presente Edital de Licitação n.º 001/2015, e regido pela Lei Federal 10.520/02 e Subsidiariamente pela Lei 8.666/93, e suas alterações.

Abertura: 28 de janeiro de 2016, às 09h00min.

Horário: 09:00 horas;

Local: na Sala de Licitações da Câmara de Rio Branco, situada na Rua 24 de janeiro, nº 53, 1º Andar, 6 de Agosto – Rio Branco-AC.

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇOS, do TIPO MENOR PREÇO POR LOTE.

Conforme definido neste Edital, visando o Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual e futura **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO**, em atendimento as necessidades da Câmara Municipal, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 10.520, de julho de 2002, e subsidiariamente a Lei nº 8.666 de 21 de Junho de 1993 e Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

2. DO OBJETO

(Art. 40º, I, Lei nº 8.666/93)

(Art. 3º, II, Lei nº 10.520/02)

2.1- A presente Licitação tem por objeto o Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual e futura **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO**, em atendimento as necessidades da Câmara Municipal, conforme especificações constantes do **Anexo I**, (parte integrante deste Edital).

2.2 - A Câmara Municipal não se obriga a adquirir os objetos relacionados dos licitantes vencedores, nem nas quantidades indicadas no **Anexo I**, podendo até realizar licitação específica para aquisição de um ou de mais itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 15, § 4º, da Lei nº 8.666/93.

3. DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

(Art. 15º, § 3º, Lei nº 8.666/93)

(Art. 11º, Lei nº 10.520/02)

3.1 - O Sistema de Registro de Preços regula-se pelas normas e procedimentos previstos na **Lei nº 8.666/93, Lei nº 10.520/02**, pelas disposições deste Edital e demais normas complementares.

3.2 - No âmbito do **Sistema de Registro de Preços** a adjudicação significa tão somente o registro dos preços ofertados.



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

3.3 - A existência de preços registrados não obriga a Câmara Municipal, a efetivar as contratações que dele poderão advir, nem em quantitativo mínimo ou máximo ficando-lhe facultada a adoção de outros meios, respeitada a legislação relativa às licitações sendo assegurado ao detentor do Registro, a preferência em igualdade de condições.

3.3.1 - O exercício de preferência previsto no item anterior dar-se-á caso a Câmara Municipal opte por realizar a aquisição através de licitação específica, quando o preço encontrado for igual ou superior ao registrado, caso em que o detentor do Registro de Preços terá assegurado seu direito à contratação.

3.4 - Uma vez registrados os preços, a Câmara Municipal poderá convocar o detentor do Registro a fornecer os itens ora licitados, na forma e condições fixadas no presente Edital e na ATA de Registro de Preços.

3.5 - Encerrado o processo licitatório para **Registro de Preços**, será firmado entre a Câmara Municipal e os detentores dos preços registrados, nos três primeiros lugares **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** que depois de cumprido os requisitos de publicidade, terão efeito de compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas.

3.6 - Durante a vigência do **Registro de Preços** a Câmara Municipal convocará os detentores, obedecendo, obrigatoriamente, a ordem de classificação, a cumprir as obrigações decorrentes da presente licitação e da **Ata de Registro de Preços**, através da emissão de **Ordem de Fornecimento**, à qual deverá ser anexada a **Nota de Empenho** respectiva.

3.7 - Homologada a presente licitação, a Câmara Municipal lavrará um documento denominado **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – Anexo deste edital**, destinado a subsidiar o **Sistema de Registro de Preços** quando da emissão das respectivas **Ordens de Fornecimentos**.

3.8 - A **Ata de Registro de Preços** será lavrada em duas vias, assinada pelo Pregoeiro responsável pelo certame, pelo Presidente e 1º Secretário da Câmara Municipal e pelo representante legal da empresa vencedora.

3.9 - O Registro de Preços terá **validade de 12 (doze) meses**, contados da data de publicação da **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS** em Diário Oficial do Município.

4 – DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO
(Art. 15, § 3º, III, Lei nº 8.666/93)
(Art. 12º, § 2º, Dec. 7892/13)

4.1 - Poderão participar deste Pregão, as empresas interessadas do ramo, que atenderem a todas as exigências deste edital e seus anexos, inclusive quanto à documentação.

4.2 - Não poderão participar da presente licitação, as empresas que:

- a) Estejam cumprindo suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Rio Branco-Acre;
- b) Tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- c) Encontra-se sob falência ou concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;
- d) Licitantes que se apresentem constituídas na forma de empresa em consórcio.



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

e) Empresa que tenham sócios e/ou representantes que sejam servidores ou agentes políticos da Câmara Municipal, bem como, parentes destes até o terceiro grau.

5 – DO LOCAL, DATA, E HORÁRIO.
DE RECEBIMENTO E DE ABERTURA DOS ENVELOPES.

(Art. 40, da Lei nº 8.666/93)
(Art. 4º, VI, Lei nº 10.520/2002)

5.1 - A abertura desta licitação ocorrerá no **dia 28 de janeiro de 2016, às 09:00 horas, na Sala de Reuniões da Câmara de Rio Branco, situada na Rua 24 de janeiro, nº 53, 1º Andar, 6 de Agosto – Rio Branco-AC**, quando os interessados deverão apresentar os envelopes Nº 001/ Propostas de Preços e envelope Nº 002/ Documentos de Habilitação ao Pregoeiro e fora dos envelopes 01 e 02, uma **Declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação**, conforme modelo do **anexo II deste edital**, sob pena de desclassificação (art. 30,III e IV, lei 8666/93) .

6 – DO CREDENCIAMENTO
(Art. 4º, VI e VII, Lei 10.520/2002)

6.1 - O proponente deverá se apresentar para credenciamento junto ao Pregoeiro por um representante que, devidamente munido de documento que o credencie a participar deste procedimento licitatório, ou instrumento público de procuração ou instrumento particular com firma reconhecida que venha a responder por sua representada, devendo, ainda, apresentar fotocópia autenticada ou fotocópia com a devida original do Contrato Social ou Estatuto da empresa para reconhecimento, que está representando e identificar-se exibindo a Carteira de Identidade ou outro documento equivalente, com foto;

6.2 - Sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente, deverá apresentar fotocópia autenticada ou fotocópia com a devida original do respectivo Estatuto ou Contrato Social da empresa para reconhecimento, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e identificar-se exibindo a carteira de identidade ou outro documento equivalente.

6.3- Os documentos que credenciam o representante deverão ser entregues separadamente dos envelopes de números 01 e 02;

6.4 - O representante não credenciado estará impedido de se manifestar e de responder pela licitante;

6.5- Cada credenciado poderá representar apenas uma empresa licitante;

6.6- A falta ou incorreção dos documentos mencionados nos **itens 6.2 e 6.3**. não implicará a exclusão da empresa em participar do certame, mas impedirá o representante de manifestar-se na apresentação de lances verbais e demais fases do procedimento licitatório, enquanto não suprida a falta ou sanada a incorreção;

6.7- A licitante que não enviar à sessão o seu representante legal, ficará impedida de participar da fase competitiva do PREGÃO, isto é, não poderá participar das fases livres, como também ficará impedida de interpor recursos administrativos.

6.8 – **Não serão aceito os envelopes encaminhados pelos correios**, nem entregues depois do prazo, sob qualquer forma ou pretexto;



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

6.9 - No documento de credenciamento, declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação e a Declaração de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, deverão ser entregues juntamente com o respectivo credenciamento, assinado pelo Contador da empresa licitante.

6.10 – Certidão expedida pela Junta Comercial comprovando o enquadramento da empresa ME ou EPP, conforme Instrução Normativa nº 103/2007 no DNRC, publicada no DOU de 22/05/2007, a não apresentação da mesma, decairá o direito de ME/EPP.

6.11 – Os documentos apresentados no credenciamento não precisarão ser duplicados no envelope de habilitação.

7 – DA PROPOSTA DE PREÇO
(Art. 4º, VII, Lei 10.520/2002)

7.1 - A Proposta de Preços deverá ser impressa eletronicamente em papel com identificação da empresa, em 01 (uma) via redigida em linguagem clara sem emendas, rasuras ou entrelinhas identificadas e assinada em todas as páginas e rubricada pelo representante legal da proponente, a ser entregue em **envelope devidamente fechado, carimbado com CNPJ da empresa e rubricado no fecho**, contendo na parte externa e frontal as indicações:

À CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO-ACRE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016 – MATERIAL DE CONSUMO
ENVELOPE “1” – PROPOSTA FINANCEIRA
PROPONENTE (Razão Social e CNPJ da Empresa).

7.2 - Na Proposta de Preços deverão constar as seguintes condições:

7.2.1– Declaração constando prazo de validade, não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação, preservando-se sempre a natureza, critérios e objetivos do certame, Não havendo a informação deste prazo, será considerado o citado acima.

7.2.2 - Todas as características dos produtos cotados, observadas as especificações constantes do Anexo I deste Edital.

7.2.3 – Uma **proposta de preço**, acompanhada dos respectivos valores UNITÁRIOS dos ITENS no final o valor TOTAL, sendo esses expressos em Real (R\$) descrito por extenso, de acordo com os preços praticados no mercado, conforme estabelece o artigo 43, inciso IV, da Lei nº 8.666/93, considerando as especificações constantes do **Anexo I** do presente Edital.

7.2.4 – Na proposta deverá conter a indicação do endereço completo do proponente que irá fornecer o objeto desta licitação;

7.3- Na proposta deverá conter o nome do banco, o código da agência e o número da conta corrente da empresa licitante, para efeito de pagamento.

7.4 - A apresentação da (s) proposta (s) implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

7.5 - Não serão aceitas propostas com ofertas não previstas neste Edital, nem preços ou vantagens baseados nas ofertas das demais licitantes.



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

7.6 - Serão **desclassificadas** as propostas que não atendam às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades insanáveis.

7.7 - Todos os insumos que compõem o preço, tais como as despesas com mão-de-obra, impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução dos serviços, objeto desta licitação, correrão por conta do licitante.

7.8 - Não serão aceitas propostas simbólicas, inexequíveis, excessivas ou ilegíveis.

8 - DA HABILITAÇÃO
(Art. 4º, XIII e XIV, Lei 10.520/02)

8.1 – Para habilitação dos licitantes, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa:

- 8.1.1 – habilitação jurídica
- 8.1.2 – à qualificação técnica
- 8.1.3 – à qualificação econômico-financeira;
- 8.1.4 – à regularidade fiscal.
- 8.1.5 – cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

8.2 – **A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À HABILITAÇÃO JURÍDICA**, conforme o caso consistirá em:

8.2.1 – cédula de identidade do representante ou outro documento com foto;
8.2.2 – registro comercial, no caso de empresa individual;
8.2.3 – ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
8.2.4 – inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
8.2.5 – decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.3 – **A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À REGULARIDADE FISCAL**, conforme o caso consistirá em:

8.3.1 – prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);
8.3.2 – Certidão de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
8.3.3 – Certidão de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS);
8.3.4 – Certidão de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994);
8.3.5 – Certidão Negativa de débitos Trabalhistas (CNDT);
8.3.6 – Licença de Funcionamento em validade, expedida pelo distribuidor da sede da licitante.

8.4 – **A DOCUMENTAÇÃO RELATIVA À QUALIFICAÇÃO/ TÉCNICA E ECONÔMICA - FINANCEIRA** consistirão em:

8.4.1 – Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da licitante.
8.4.2 – Comprovação capital social de mínimo de 10% do montante da sua Proposta Comercial, de acordo com os §§ 2º e 3º do art. 31 da Lei nº 8.666/93.



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

8.5 – Disposições Gerais da Habilitação

8.5.1 – A empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar também o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.5.2 – Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original ou em cópia autenticada por cartório competente ou publicação em Órgão da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais, para conferência pelo Pregoeiro.

8.5.3 – Não serão aceitos “protocolos de entrega” ou “solicitação de documento” em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.

8.5.4 – Serão inabilitadas as empresas que não atenderem às disposições contidas neste Edital e seus Anexos.

8.5.5 - As certidões que não expressarem o prazo de validade serão aceitas aquelas expedidas com data não superior a 30(trinta) dias consecutivos anteriores a sessão.

8.5.6- Se a documentação de habilitação não estiver completa e correta ou contrariar qualquer dispositivo deste Edital e seus anexos, o Pregoeiro considerará o proponente inabilitado.

8.5.7 – Declaração de que não emprega de menor de 18 anos;

8.5.8 – Declaração de inexistência de fatos impeditivos à habilitação;

8.6. - Os documentos necessários à Habilitação deverão ser apresentados em envelope indevassável, lacrado, contendo identificação do proponente na face externa e ainda os dizeres:

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO - ACRE
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇOS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016
ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:
CNPJ:

9 – DOS PROCEDIMENTOS DA LICITAÇÃO

(Art. 4º, VII, VIII, IX, X, XI, XII, XV, XVI, XVII e XXIII, Lei 10.520/02)

9.1- No julgamento observar-se-á os dispostos nos artigos 4º, inciso X da Lei nº 10.520/02 e artigos 42 a 49 da Lei Complementar 123/2006, de 14 de dezembro de 2006.

9.2- O Pregoeiro considerará vencedora a proposta de **MENOR PREÇO POR LOTE**.

9.3- Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e da lei pertinente às licitações.

9.4 – Se a empresa que ofertar o menor preço não estiver enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, verificar-se-á a ocorrência de empate ficto, na hipótese em que o preço ofertado por 01 (uma) ou mais microempresas ou empresas de pequeno porte for até **05% (cinco por cento)** superior ao menor preço efetivo.



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

9.5 – Na hipótese do melhor classificado ser microempresa ou empresa de pequeno porte, fica inviabilizado a regra do item anterior.

9.6 – Ocorrendo o empate ficto, A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão.

9.6.1 – **O representante da empresa não poderá fazer uso de celulares SEM autorização expressa do Pregoeiro para se comunicar com outras pessoas, NEM se ausentar da sala sem a devida autorização.**

9.7 – Caso a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada decline do direito de ofertar lance, serão convocados os demais licitantes enquadrados na mesma situação cujos preços estejam no limite do empate ficto, respeitada a ordem de classificação.

9.8 – Na hipótese de haverem preços idênticos ofertados por microempresa ou empresa de pequeno porte, será procedido **sorteio** para definição da ordem final de classificação.

10. DOS LANCES VERBAIS:

10.1 - As licitantes classificadas terão a oportunidade para nova disputa, por meio de lances verbais, que deverão ser formulados de forma sucessiva, com valores distintos e decrescentes, a partir da proposta comercial classificada de maior valor e os demais lances, em ordem decrescente de valor, podendo o Pregoeiro definir no momento, lances mínimos:

10.1.1- O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas, selecionados a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de menor preço por LOTE e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços;

10.1.2- A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lance em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances;

10.1.3- Os lances deverão ser formulados em valores distinto e decrescente, inferiores a proposta de menor preço por ITEM, observada a redução mínima e aplicável inclusive em relação ao primeiro;

10.1.4- A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances;

10.1.5- O Pregoeiro poderá negociar com autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço;

10.1.6- Após a negociação se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

10.1.7 - Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitando-se a Licitante desistente às penalidades legais e às sanções administrativas previstas nestas Instruções;



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

10.1.8 - A desistência em apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão do licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pelo licitante, para efeito de posterior ordenação das propostas;

11. DO JULGAMENTO
(Artigo 4º, da lei 10.520/2002)
(Art. 40 da Lei nº: 8.666/93)

11.1 - O critério de julgamento será exclusivamente o de **MENOR PREÇO POR LOTE**;

11.2 - Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas às ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito;

11.2.1 - Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado da contratação;

11.2.2 - Em havendo apenas uma oferta e desde que atenda a todos os termos do edital e que seu preço seja compatível com o valor estimado da contratação, esta poderá ser aceita;

11.3 - Sendo aceitável a oferta de menor preço, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação do licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições habilitatórias;

11.4 - Constatado o atendimento pleno às exigências editalícias, será declarado o proponente vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto para o qual apresentou proposta;

11.5 - Se a oferta não for aceitável ou se a Licitante desatender às exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a verificação da habilitação da Licitante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda as Instruções, sendo a respectiva Licitante declarada vencedora e a ela adjudicada o objeto do certame;

11.6 - Apurada a melhor proposta que atenda ao edital, o Pregoeiro poderá negociar para que seja obtido um melhor preço;

11.7 - Quando todas as propostas forem desclassificadas ou todos os licitantes forem inabilitados, a Administração poderá fixar aos licitantes, na forma do art. 48, § 3º da Lei nº 8.666/93 prazo para apresentação de nova proposta ou documentação, em Sessão Pública a ser definida pelo Pregoeiro.

12. DOS RECURSOS
(Artigo 4º, XVIII, XIX, XX e XXI da Lei 10.520/2002)
(Art. 40, XV da Lei nº: 8.666/93)

12.1 - Qualquer licitante, desde que presente e devidamente representado na Sessão, poderá manifestar imediata e motivadamente, no final da mesma, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentarem contra-razões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo daquele recorrente.

12.2 - Julgado improcedente o recurso, a autoridade competente fará a classificação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

12.3 - Julgado procedente o recurso, serão considerados inválidos apenas os atos insuscetíveis de aproveitamento.



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

12.4 - Da decisão que julgar procedente o recurso, será publicado o resumo no Mural da Câmara Municipal convocando os licitantes interessados para prosseguimento da Sessão Pública, em dia e hora por ele fixado.

12.5 - Nessa Sessão, o Pregoeiro dará continuidade ao certame, atendendo às regras e condições fixadas neste Edital.

12.6 - A falta de manifestação imediata e motivada do licitante na Sessão, importará a decadência (temporal) do direito de recurso e a classificação do objeto da licitação pelo Pregoeiro ao vencedor.

12.7 - Decididos os recursos ou transcorrido o prazo para sua interposição relativamente ao pregão, o Pregoeiro devolverá aos licitantes julgados desclassificados no certame, os envelopes "**DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**" inviolados, podendo todavia retê-los até o encerramento da licitação.

13 - DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

(Art. 15, § 2º, Lei nº 8.666/93)

(Art. 1º, II, Dec. 3.931/01)

13.1 - Homologada a presente licitação, a Câmara Municipal lavrará um documento denominado **ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – Anexo X**, destinado a subsidiar o Sistema de Registro de Preços e que conterá além do número de ordem em série anual:

- a. Número do Pregão e do Processo Administrativo respectivo;
- b. Descrição e especificações dos objetos do Registro;
- c. Qualificação dos detentores do Registro e nome dos representantes legais;
- d. Forma de revisão dos preços registrados.

13.2 - A Ata de Registro de preços será lavrada em duas vias, assinada pelo Pregoeiro responsável pelo certame, pelo Presidente e 1º Secretário da Câmara Municipal e pelo representante legal da empresa vencedora.

14 - DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

14.1 - Qualquer cidadão poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar os termos do presente Edital por irregularidade, protocolando o pedido até cinco dias úteis antes da data fixada para a realização do Pregão, junto a Comissão Permanente de Licitação, situada no endereço descrito no preâmbulo, cabendo ao Pregoeiro decidir sobre a petição em até 3 (três) dias úteis, de acordo com o que prescreve o § 1º do art. 41 da Lei Federal 8.666/93. Demais informações poderão ser obtidas pelo telefone (68) **3302-7231**, ou pelo e-mail: **cpl@riobranco.ac.leg.br**.

14.2 - Decairá do direito de impugnar os termos do presente Edital a licitante que não apontar as falhas ou irregularidades supostamente existentes no Edital até o segundo dia útil que anteceder à data de realização do Pregão, conforme dispõe o § 2º do art. 41 da Lei Federal 8.666/93. Sendo intempestiva, a comunicação do suposto vício não suspenderá o curso do certame.

14.3 - A impugnação feita tempestivamente pela licitante não a impedirá de participar do processo licitatório. Acolhida à petição contra o ato convocatório será designada nova data para a realização do certame.

15 – DA REVISÃO DE PREÇOS

(Capítulo VIII do Decreto 7892/13)



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

15.1 - Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador promover as negociações junto aos fornecedores.

15.2 - Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

15.2.1 - Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

15.2.2 - A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

15.3 - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I - liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II - convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

15.3.1 - Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

15.4 - O registro do fornecedor será cancelado quando:

I - descumprir as condições da ata de registro de preços;

II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

IV - sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei nº 8.666, de 1993, ou no art. 7º da Lei nº 10.520, de 2002.

15.4.1 - O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos incisos I, II e IV do **item 15.4** será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

15.5 - O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

I - por razão de interesse público; ou

II - a pedido do fornecedor.

15.6 – A revisão do preço, caso deferida, somente terá validade a partir da data de publicação da deliberação no **Diário Oficial do Estado**.



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

16 - DA CLASSIFICAÇÃO

(Art. 4º, VIII - XII, XV - XVII e XXIII, Lei 10.520/2002)

16.1 - Após a declaração do vencedor da licitação, não havendo manifestação dos licitantes quanto à interposição de recurso, o Pregoeiro classificará o objeto licitado, que posteriormente será submetido à homologação da autoridade competente.

16.2 - No caso de interposição de recurso, depois de proferida a decisão, serão adotados os mesmos procedimentos já previstos neste Edital para classificação e homologação do resultado da licitação.

17 - DO REGISTRO DE PREÇOS E DO FORNECIMENTO

17.1- Os preços das três melhores propostas por **MENOR PREÇO POR LOTE** serão registrados na ordem de classificação na licitação.

17.2- A Gerência do Sistema de Registro de Preços convocará o classificado em primeiro lugar para, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da notificação, assinar a Ata de Registro de Preços, cuja minuta integra este Edital, sob pena de decair do direito ao registro de preços, podendo ainda, sujeitar-se à penalidade estabelecida no **item 20**.

17.3- O prazo para a assinatura da Ata poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela parte durante o seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela CÂMARA MUNICIPAL.

17.4- Durante a vigência da Ata de Registro de Preços, a Comissão Permanente de Licitação - CPL poderá convocar os classificados remanescentes, na ordem de classificação, para assinar a Ata de Registro de Preços ao respectivo percentual registrado, na seguinte hipótese:

17.4.1- Inexecução contratual pelo primeiro classificado por qualquer motivo e consequente cancelamento da Ata, inclusive em caso fortuito ou de força maior;

17.5- Os classificados convocados terão o mesmo prazo estabelecido no **item 17.2** para assinar a Ata de Registro de Preços com o saldo do quantitativo e o período remanescente da Ata anterior.

17.6- Os detentores das Atas não se eximirão das penalidades correspondentes, na hipótese de inexecução contratual.

17.7- Constituem motivos para o cancelamento da Ata de Registro dos Preços as situações referidas nos artigos 77 e 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas.

18 – DA ENTREGA DOS MATERIAIS, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

18.1 – Os materiais serão entregues DE IMEDIATO no almoxarifado da Câmara Municipal, e deverão ser entregues num prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do recebimento da requisição devidamente assinada, devido ser material de rápido consumo e precisão por parte da administração.

18.2 – Os materiais deverão ser entregues de acordo com especificações exigidas neste edital.



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

18.4 – A licitante vencedora garantirá a qualidade dos MATERIAIS pelo prazo estabelecido pelo fabricante.

18.6 – A licitante vencedora sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CÂMARA MUNICIPAL, encarregada de acompanhar a entrega dos materiais prestando esclarecimento solicitados atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado da Pasta.

18.7 – A licitante vencedora, ficará obrigada à trocar as suas expensas o material que vier a ser recusado sendo que ato de recebimento não importará sua aceitação.

18.8 – Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos produtos obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

19 – DAS OBRIGAÇÕES DA EMPRESA DETENTORA DO REGISTRO

(Art. 66; 71º, Lei 8.666/93)

(Art. 4º, XIII, Lei 10.520/2002)

19.1 – São obrigações das empresas detentoras do registro:

19.1.1 - Pagar todos os tributos, contribuições fiscais e para fiscais que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os objetos adquiridos;

19.1.2 - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação;

19.1.3 - Entregar todos os produtos licitados, no preço, prazo e forma estipulados na proposta.

19.1.4 - Entregar o produto de boa qualidade, entendida esta como estarem à descrição dos produtos de acordo com as especificações contidas no **Anexo I** deste Edital.

19.1.5 - Limitar-se exclusivamente ao fornecimento de **Materiais** constantes do objeto;

19.1.6 - Responsabilizar-se pela qualidade do produto entregue, assegurando a Câmara Municipal o direito de fiscalizar, sustar ou recusar o serviço em desacordo com as cláusulas contratuais.

19.1.7 - A fiscalização poderá ser feita por servidor designado pela Presidência da Câmara Municipal, quanto à regularidade e assiduidade da entrega dos produtos.

20 – PENALIDADES

(Art. 7º, Lei 10.520/2002).

(Incisos XVII, XVIII, XIX e XX do Art. 11; Art. 86, 87 e 88 Lei 8.666/93)

20.1- A desistência da proposta, lance ou oferta e a não assinatura da Ata de Registro de Preços no prazo estabelecido no item 17.2, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, ensejarão:

20.1.1- cobrança pela Câmara Municipal, por via administrativa ou judicial, de multa equivalente a 1% (um por cento) do valor estimado pelo item ofertado, constante no anexo I.



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

20.1.2- suspensão temporária ao direito de licitar e impedimento de contratar com a Câmara Municipal de Rio Branco-Acre e cancelamento de seu Certificado de Registro Cadastral no Cadastro de Fornecedores do Município de Rio Branco-Acre, pelo período de 02 (dois) anos.

20.1.3- Estas penalidades não se aplicam aos classificados remanescentes que, convocados nos termos do item 17.4, não aceitarem assinar a Ata de Registro de Preços com o saldo do fornecimento e o período remanescente da Ata anterior.

20.2- Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, o não cumprimento por parte da empresa detentora da ATA, das obrigações assumidas ou a infringência de preceitos legais pertinentes, ensejarão a aplicação, segundo a gravidade da falta das seguintes penalidades:

20.2.1- advertência, sempre que for constatada irregularidade de pouca gravidade para as quais tenha a Contratada concorrida diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores do Município de Rio Branco/AC;

20.2.2- multa de 0,2% (dois décimos por cento) ao dia, por atraso no fornecimento dos materiais em desacordo com as especificações estabelecidas neste Edital até o décimo dia corrido, após o que aplicar-se-á a multa prevista no item 20.1.1;

20.2.3- multa de 10% (dez por cento), na hipótese de inexecução parcial ou total de cada Nota de Empenho, calculada sobre o valor total da inadimplência, ou na hipótese do não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas;

20.2.4- cancelamento da Ata de Registro de Preços, além da aplicação da multa correspondente, aplicar-se-á suspensão temporária ao direito de licitar com a Câmara Municipal de Rio Branco/AC, bem como o impedimento de com ele contratar, pelo prazo de 05 (cinco) anos, na hipótese de descumprimento integral de uma Ordem de Fornecimento ou descumprimento parcial de mais de uma Ordem de Fornecimento.

20.3 - As multas serão, após regular processo administrativo, descontadas dos créditos da empresa detentora da ATA ou, se for o caso, cobrado administrativa ou judicialmente.

20.4 - As penalidades previstas neste item têm caráter de sanção administrativa, conseqüentemente, a sua aplicação não exime a empresa detentora da ATA da reparação das eventuais perdas e danos que seu ato venha acarretar a Câmara Municipal de Rio Branco/AC.

20.5 – As penalidades são independentes e a aplicação de uma não exclui a das demais, quando cabíveis.

20.6 - Na hipótese de apresentar documentação inverossímil ou de cometer fraude, o licitante poderá sofrer, sem prejuízo da comunicação do ocorrido ao Ministério Público, quaisquer das sanções adiante previstas, que poderão ser aplicadas cumulativamente:

20.6.1- Desclassificação, se a seleção se encontrar em fase de julgamento;

20.6.2- Cancelamento da Ata de Registro de Preços, se esta já estiver assinada, procedendo-se à paralisação do fornecimento.

21 – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO
(Art. 40, inciso XVI, alínea a, b, c, d e e; Lei 8.666/93)



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

21.1 - O pagamento será feito em até 5 (cinco) dias após a data do recebimento dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal, diretamente na Diretoria de Finanças da Câmara Municipal, com seus devidos atestos de recebimento do material pelo Setor de Material ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada.

21.2 – Em caso de devolução da Nota Fiscal ou Fatura para correção, o prazo para o pagamento passará a fluir após a sua reapresentação.

21.3 - A critério da contratante poderão ser utilizados créditos da contratada para cobrir dívidas de responsabilidades para com ela, relativos a multas que lhe tenham sido aplicadas em decorrência da irregular execução contratual.

21.4 A nota fiscal/fatura deverá ser emitida pela própria Contratada, obrigatoriamente com o número de inscrição no CNPJ apresentado nos documentos de habilitação e das propostas de preços, bem como da Nota de Empenho, não se admitindo notas fiscais/faturas emitidas com outros CNPJs.

21.5 - Nenhum pagamento será efetuado ao licitante vencedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

21.6 – Transcorrido o prazo estabelecido para fins de pagamento, a Câmara Municipal fica obrigada a atualizar os valores do débito, tendo por base a data do adimplemento da obrigação até o efetivo pagamento, aplicando as atualizações com base nos índices estabelecidos pelo Governo Federal à época dos fatos.

22 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
(Art. 65, § 1º, Lei 8.666/93)

22.1 - Nenhuma indenização será devida aos licitantes por apresentarem documentação e/ ou elaborarem proposta relativa ao presente PREGÃO.

22.2 - A presente licitação somente poderá vir a ser revogada por razões de interesse público decorrentes de fato superveniente, devidamente comprovado ou anulada no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

22.3– **A dotação orçamentária para a aquisição feita por intermédio do presente Registro de Preços, será efetuada na medida em que as compras forem solicitadas à Comissão Permanente de Licitação.**

22.4 - Recomendam-se aos licitantes que estejam no local marcado, com antecedência de 15 (quinze) minutos do horário previsto.

22.5 – **Não serão aceito os envelopes encaminhados pelo correios**, nem entregues depois do prazo, sob qualquer forma ou pretexto.

22.6 - Esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Pregão poderão ser obtidos junto a CPL pelo telefone: **9906-0402**, ou pelo e-mail: **cpl@riobranco.ac.leg.br**, nos dias úteis no horário das 9:00 às 12:00 horas de segunda a sexta-feira.

22.7 - **O licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.**



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

22.8 - No interesse da Administração, sem que caiba às participantes qualquer recurso ou indenização, poderá a licitação ser:

- a) adiada sua abertura;
- b) alterado o Edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

22.09 - Os casos omissos relativos à aplicabilidade do presente Pregão serão sanados pela Comissão Permanente de Licitação, obedecida a legislação vigente.

22.10- Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente na Câmara Municipal.

22.11 - Serão consideradas desclassificadas as propostas que forem incompatíveis com os requisitos e condições fixadas neste Edital;

22.12 - O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento do licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública de PREGÃO.

22.13 - **As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro contrato.**

23. INTEGRAM O PRESENTE EDITAL

- ANEXO I – Termo de Referência;
- ANEXO II – Modelo de declaração do cumprimento de requisitos de habilitação;
- ANEXO III – Modelo de Declaração de validade de proposta;
- ANEXO IV - Modelo de Proposta;
- ANEXO V – Modelo de declaração de que não emprega de menor;
- ANEXO VI – Modelo de declaração de inexistência de fatos impeditivos à habilitação;
- ANEXO VII – Modelo de declaração de disponibilidade dos materiais;
- ANEXO VII – Modelo de declaração ME/EPP;
- ANEXO IX – Modelo de Declaração de Credenciamento - Procuração
- ANEXO X – Minuta de ATA de Registro de Preços;
- ANEXO XI - Recibo de Retirada de Edital.
- ANEXO XII – Minuta do Contrato

Rio Branco-Acre, 18 de janeiro de 2016.

Artemio Lima da Costa
Presidente da CMRB

Manoel Ferreira Neto
Pregoeiro Oficial da CMRB/AC
Portaria nº 001/2015



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

JUSTIFICATIVA

1.1. Motivação para contratação

Tendo em vista a necessidade de confecção de material gráfico para atendimento das demandas da Câmara Municipal de Rio Branco, faz-se necessária a contratação de empresa especializada na confecção deste tipo de material. Assim, a execução dos serviços gráficos se justifica visando atender os objetivos da Câmara Municipal, que, além de fundamental importância, permite maior transparência e visibilidade das ações e trabalhos realizados no órgão.

1.2. Benefícios da Contratação Manter registrado material para o desenvolvimento das atividades da Câmara Municipal e adquiridos quando necessário.

1.3. Foi efetuado o agrupamento dos itens desta aquisição em 3 (três) Lotes, visando dotar de maior celeridade e eficiência as várias etapas procedimentais relativas à licitação e a ata de registro de preços, solicitação e recebimento dos materiais, com reflexos na economia processual e financeira, além de proporcionar uma maior atratividade para as empresas licitantes tendo em vista a quantidade e o preço previsto pela administração.

2. OBJETIVO

2.1. O presente Termo de Referência tem por objetivo o levantamento e caracterização das especificações técnicas dos materiais a serem adquiridos, buscar no mercado o orçamento dos custos e indicação da disponibilidade dos recursos orçamentários para fim de balizar a contratação, assim como estabelecer prazo, local de entrega, forma de fornecimento, pagamento e condições de execução contratual do objeto.

3. DO ENQUADRAMENTO LEGAL DA CONTRATAÇÃO

3.1. A aquisição se enquadra como serviço comum para fins do disposto no art. 2, § 1º do Decreto 5.450, de 31 de maio de 2005.

4. DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO E ENTREGA E DO LOCAL

4.1. Para cada pedido será encaminhada Autorização de Fornecimento emitida pelo Setor Competente da Câmara Municipal de Rio Branco.

4.2. Entregar o objeto da Ata de Registro de Preços no Setor de Material da Câmara Municipal, sediada na Rua 24 de Janeiro, 53 – Bairro Seis de Agosto, para os gestores indicados na Ata de Registro de Preços.

5. DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

5.1. De acordo com os artigos 73 e 76 da Lei n.º 8. 666/93, o objeto desta Ata de Registro de Preços será recebido da forma como se segue:

a. Provisoriamente, imediatamente depois de efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação de conformidade do material com as especificações do Edital da Licitação;

b. Definitivamente, após verificação da sua conformidade com as especificações contidas na proposta apresentada e/ou no edital e seus anexos, no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar do recebimento provisório.



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

5.2. A entrega do objeto pela empresa e seu recebimento pela Câmara Municipal não implicam sua aceitação definitiva, que será caracterizada pela atestação da nota fiscal/fatura correspondente.

6. DO CUSTO ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO

6.1 - O custo estimado da contratação foi levantado em pesquisa de preço que será considerada como referencial de valor máximo global por Lote, a ser pago no fornecimento total dos produtos, sendo desclassificadas, após a etapa de lances, as propostas com valores superiores aos da pesquisa de preços.

7. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

7.1. Responsabilizar-se pelo fornecimento dos bens objetos da licitação, atendidos os requisitos e observadas às normas constantes do Edital;

7.2. Atender, durante o período de validade/garantia dos produtos fornecidos, aos chamados para substituição, no caso de ser constatado algum defeito não ocasionado pelo armazenamento ou uso indevido pela contratante;

7.3. Colocar à disposição da CONTRATANTE todos os meios necessários à comprovação da qualidade e operacionalidade dos bens, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações;

7.4. Cumprir os prazos estipulados na Ata de Registro de Preços e as especificações dos materiais, objeto da licitação;

7.5. Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto da Ata de Registro de Preços em que se verificarem vícios redibitórios, defeitos ou incorreções, não ocasionados pela contratante, durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços.

7.6. Realizar o fornecimento do objeto dentro dos padrões e quantidades requisitados, garantindo a qualidade do objeto fornecido, segundo as exigências legais.

7.7. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação;

7.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente a Câmara Municipal ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, quando da execução do fornecimento, não excluindo ou reduzindo esta responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE;

7.9. Levar imediatamente ao conhecimento da CONTRATANTE quaisquer irregularidades ocorridas no fornecimento do objeto;

7.10. Prestar informações/esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE, bem como atender suas reclamações inerentes ao fornecimento do objeto, principalmente quanto à qualidade, providenciando a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades constatadas pela CONTRATANTE;

7.11. Sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização por parte da Contratante para acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços. A existência da fiscalização de modo algum diminui ou atenua a responsabilidade do Fornecedor Registrado pela execução de qualquer serviço;

7.12. Indicar, formalmente, preposto, quando da assinatura da Ata de Registro de Preços, aceito pela Câmara Municipal, para representar a licitante vencedora, sempre que for necessário, o qual tenha capacidade gerencial para tratar de todos os assuntos definidos da Ata de Registro de Preços;

7.13. Apresentar as Notas Fiscais/Faturas correspondentes aos serviços objeto da contratação ao Setor de Material da Câmara Municipal de Rio Branco.



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

8. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. Disponibilizar todos os meios necessários para o recebimento dos bens, objeto da contratação;
- 8.2. Realizar o pagamento nos prazos e na forma estipulada da Ata de Registro de Preços;
- 8.3. Acompanhar e fiscalizar a execução da Ata de Registro de Preços a ser firmado;
- 8.4. Comunicar imediatamente ao Fornecedor Registrado quaisquer irregularidades no fornecimento do objeto licitado e/ou vício no produto adquirido para que seja providenciada a regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do recebimento da comunicação.
- 8.5 Prestar as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 8.6 Pagar a importância correspondente aos serviços, no prazo contratado;
- 8.7 Aprovar, antes da impressão do material, os modelos, de cada item, apresentados pela CONTRATADA.

9. DA ENTREGA

- 9.1 - Após a emissão da Autorização de Execução de Serviço, a CONTRATADA terá até 10 (dez) dias úteis para a entrega do material impresso.
- 9.2 - No caso do material ser recusado pelo fato de estar em desconformidade com as especificações do Edital de Licitação e deste Termo de Referência, a contratada terá o prazo de 03 (três) dias úteis para entregar novo material confeccionado;
- 9.3 – O material impresso deverá ser entregue dentro do prazo estabelecido na sede da Contratante, situada na Rua 24 de Janeiro, nº 53 – Bairro Seis de Agosto/2º Distrito – Rio Branco/Ac.
- 9.4 - Os prazos previstos nesta cláusula não serão prorrogados e deverão ser cumpridos rigorosamente;
- 9.5 - Nos casos em que ficar comprovada a ocorrência de falhas e atrasos ocasionados por parte da Contratante, os prazos poderão ser revistos.
- 9.6 - Quaisquer custos de remessa de amostra para a aprovação e material confeccionado correrão por conta da contratada;

10. DO PAGAMENTO E CONDIÇÕES

- 10.1 O pagamento em favor do Fornecedor Registrado será realizado até o 5º (quinto) dia útil após a entrega do documento de cobrança a administração da Câmara Municipal e o atesto da nota fiscal pelo Executor da Ata de Registro de Preços;
- 10.2 A nota fiscal deverá vir acompanhada de comprovante de regularidade (certidão negativa) perante as Fazendas Federal, Estadual e Municipal e comprovante de regularidade (certidão negativa) perante a Seguridade Social (INSS), perante o Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS) e Justiça do Trabalho.
- 10.3 Caso o Fornecedor Registrado goze de algum benefício fiscal, esta ficará responsável pela apresentação de documentação hábil, ou, no caso de optante pelo SIMPLES NACIONAL (Lei Complementar nº 123/2006), pela entrega



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

de declaração, conforme modelo constante da IN nº 480/04, alterada pela IN nº 706/07, ambas da Secretaria da Receita Federal.

10.4 Após apresentada a referida comprovação, o Fornecedor Registrado ficará responsável por comunicar a Câmara Municipal qualquer alteração posterior na situação declarada, a qualquer tempo, durante a execução da Ata de Registro de Preços.

10.5 Havendo erro no documento de cobrança, ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, este ficará pendente até que o CONTRATADO providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, qualquer ônus a CONTRATANTE.

10.6 Se, por qualquer motivo alheio à vontade da CONTRATANTE, for paralisada a prestação do serviço, o período correspondente não gerará obrigação de pagamento.

11. DA FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

11.1 A fiscalização e acompanhamento da execução do presente contrato se dará por meio de servidores especialmente designados na forma do artigo 67, da Lei nº 8.666, de 21.06.93.

12. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. Os recursos para cobrir as despesas decorrentes desta licitação estão consignados no orçamento da Câmara Municipal para o exercício de 2016: Fonte de Recurso: 1 (RP); Natureza da despesa: 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

13. DA RESCISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

13.1 - A presente Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que caiba ao Fornecedor Registrado direito à indenização de qualquer espécie, nos casos previstos no Artigo 78, Incisos I a XVII, da Lei 8.666, de 21.06.93, observadas as disposições do Parágrafo 2º do Artigo 79 da mesma lei.

14. DA PUBLICAÇÃO

14.1 A eficácia da Ata de Registro de Preços fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, a ser providenciada pela CONTRATANTE, nos termos do parágrafo único do artigo 61 da Lei nº 8.666/1993.

15. DA ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL E QUANTITATIVOS

Item	Lote I	Quantidade	
		Unidade	Pedida
01	Impressão e veiculação de Busdoor, med. 2,10x10m pelo período de 06 meses.	Unidade	100

Item	Lote II	Quantidade	
		Unidade	Pedida
01	Impressão e veiculação de Outdoor em lona vinil 450g pelo período de 06 meses.	Unidade	50
02	Impressão e veiculação digital de Outdoor em papel, pelo período de 15 dias.	Unidade	60
03	Faixa em lona vinil com impressão digital 380g.	m ²	100
04	Banner em lona vinil com impressão digital 380g.	m ²	100

Item	Lote III	Quantidade	
		Unidade	Pedida



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

01	Capa de processo administrativo em papel cartão 170 g/m ² , formato 32,5x47cm, impressão 4x0 cores.	Unidade	2.500
02	Capa de processo legislativo em papel cartão 170 g/m ² , formato 42x32,5cm, impressão 4x0 cores.	Unidade	1.500
03	Envelope craft ouro 18 x 24, 90 g/m ² , 1 x 0 cores.	Unidade	1.500
04	Envelope craft ouro 24 x 34, 90 g/m ² , 1 x 0 cores.	Unidade	3.000
05	Envelope craft ouro 26 x 36, 90 g/m ² , 1 x 0 cores.	Unidade	3.000
06	Envelope craft ouro 31 x 41, 90 g/m ² , 1 x 0 cores.	Unidade	3.000
07	Exemplares Lei Orgânica do Município, com miolo de 100 páginas, 15x21cm, em papel offset 90g/m ² , impressão em 1x1 cores. Capa em papel cartão triplex 275g/m ² , 4x0 cores.	Unidade	10.000
08	Exemplares Regimento Interno da Câmara Municipal, com miolo de 100 páginas, 15x21cm, em papel offset 90g/m ² , impressão em 1x1 cores. Capa em papel cartão triplex 275g/m ² , 4x0 cores.	Unidade	10.000
09	Impressão de Folders, tamanho A4, 4x4 cores, 02 dobras, em papel couché 115g, seleção de cores em fotolito, com emissão de 17 chapas diferente por mês.	Unidade	2.500.000
10	Impressão de panfletos, tamanho 12x21cm, 4x0 cores, papel couché 115g, seleção de cores em fotolito.	Unidade	100.000
11	Impressão de Informativo, tamanho 33x48, aberto (01 folha) 4x4 cores, papel jornal 48g, seleção de cores em fotolito, 17 modelos mensais com emissão de 17 chapas diferente por mês.	Unidade	3.000.000
12	Impressão de convite med. 15x21cm, 4x0 cores papel couché 230g, seleção de cores em fotolito.	Unidade	8.000
13	Impressão em papel sulfite 75g/m ² , tam. A4, 4x0 cores bloco com 100 fls.	Bloco	100
14	Impressão de revista tam. 21x29,7cm fechada com 120 pag. Capa papel couchê 150g, com verniz total, miolo papel couché 115g, 4x4 cores, seleção de cores em fotolito.	Unidade	20.000
15	Mapa Taquigráfico, em papel sulfite 75 g/m ² , Formato 2, branco, impressão 1 x 1, bloco com 100 folhas.	Bloco	1.000
16	Moções papel couché, gramatura 230, brilho, formato A3, 4x0 cores, 3 modelos diferentes.	Unidade	2.000
17	Pasta com bolso em papel couché 250 g/m ² , formato 4, impressão 4 x 0 cores.	Unidade	1.000
18	Título de Cidadão Riobranquense, papel couché, gramatura 230, brilho, formato A3, 4x0 cores.	Unidade	2.000
19	Título de Cidadão Verde, papel couché, gramatura 230, brilho, formato A3, 4x0 cores.	Unidade	2.000
20	Exemplares Código de Ética da Câmara Municipal, com miolo de 100 páginas, 15x21cm, em papel offset 90g/m ² , impressão em 1x1 cores. Capa em papel cartão triplex 275g/m ² , 4x0 cores.	Unidade	10.000

Item	Lote IV	Quantidade	
		Unidade	Pedida
01	Camisa manga curta, gola ribana, branca, malha 100% poliéster, impressão em serigrafia (policromia) frente e costa, tamanhos: P, M, G e GG.	Unidade	500
02	Camisa manga curta, gola ribana, colorida, malha 100% poliéster, impressão em serigrafia (policromia), frente e costa, tamanhos: P, M, G e GG.	Unidade	500



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO II
DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

À
Comissão Permanente de Licitação
A/C: Sr. Pregoeiro.
Registro de Preços-Pregão 001/2016
__ de _____ de 2016, às 09h00min

A empresa (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, DECLARA, ter conhecimento do Edital do Pregão Nº. 009/2015 e que atendemos plenamente todos os requisitos e condições de habilitação desta licitação, não havendo nada que nos desabone.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos,

Local e data

(assinatura e carimbo)
(representante legal)

Obs: entregar junto com o credenciamento (documento desclassificatório).



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE VALIDADE DE PROPOSTA

À
Comissão Permanente de Licitação
A/C: Sr. Pregoeiro.
Registro de Preços-Pregão 001/2016
__ de _____ de 2016, às 09h00min

A empresa (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, DECLARA, manter a validade da proposta de preços de 60 (sessenta) dias, conforme Art. 64, § 3º da lei 8666/93.

Local e data

(assinatura e carimbo)
(representante legal)

Obs: entregar junto com o credenciamento (documento desclassificatório).



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO IV
MODELO DA PROPOSTA COMERCIAL

À
Comissão Permanente de Licitação
A/C: Sr. Pregoeiro.
Registro de Preços-Pregão 001/2016
__ de _____ de 2016, às 09h00min

Prezado Senhor,

A empresa _____; com sede na Rua/Av. _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____; Conta _____; AG: _____; Banco: _____; Email: _____; telefone para contato: _____; abaixo assinada por seu representante legal, interessada na participação do presente pregão, propõe a essa Comissão a prestação do objeto deste ato convocatório, de acordo com a presente proposta comercial, nas seguintes condições:

Item	Lote I	Quantidade		Valor Unitário	Valor Total
		Unidade	Pedida		
01	Impressão e veiculação de Busdoor, med. 2,10x10m pelo período de 06 meses.	Unidade	100		

Item	Lote II	Quantidade		Valor Unitário	Valor Total
		Unidade			
01	Impressão e veiculação de Outdoor em lona vinil 450g pelo período de 06 meses.	Unidade	50		
02	Impressão e veiculação digital de Outdoor em papel, pelo período de 15 dias.	Unidade	60		
03	Faixa em lona vinil com impressão digital 380g.	m ²	100		
04	Banner em lona vinil com impressão digital 380g.	m ²	100		
Valor Total do Lote II					

Item	Lote III	Quantidade		Valor Unitário	Valor Total
		Unidade			
01	Capa de processo administrativo em papel cartão 170 g/m ² , formato 32,5x47cm, impressão 4x0 cores.	Unidade	2.500		
02	Capa de processo legislativo em papel cartão 170 g/m ² , formato 42x32,5cm, impressão 4x0 cores.	Unidade	1.500		
03	Envelope craft ouro 18 x 24, 90 g/m ² , 1 x 0 cores.	Unidade	1.500		
04	Envelope craft ouro 24 x 34, 90 g/m ² , 1 x 0 cores.	Unidade	3.000		
05	Envelope craft ouro 26 x 36, 90 g/m ² , 1 x 0 cores.	Unidade	3.000		
06	Envelope craft ouro 31 x 41, 90 g/m ² , 1 x 0 cores.	Unidade	3.000		
07	Exemplares Lei Orgânica do Município, com miolo de 100 páginas, 15x21cm, em papel offset 90g/m ² , impressão em 1x1 cores. Capa em papel cartão triplex 275g/m ² , 4x0 cores.	Unidade	10.000		
08	Exemplares Regimento Interno da Câmara Municipal, com miolo		10.000		



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

	de 100 páginas, 15x21cm, em papel offset 90g/m ² , impressão em 1x1 cores. Capa em papel cartão triplex 275g/m ² , 4x0 cores.	Unidade			
09	Impressão de Folders, tamanho A4, 4x4 cores, 02 dobras, em papel couché 115g, seleção de cores em fotolito, com emissão de 17 chapas diferente por mês.	Unidade	2.500.000		
10	Impressão de panfletos, tamanho 12x21cm, 4x0 cores, papel couché 115g, seleção de cores em fotolito.	Unidade	100.000		
11	Impressão de Informativo, tamanho 33x48, aberto (01 folha) 4x4 cores, papel jornal 48g, seleção de cores em fotolito, 17 modelos mensais com emissão de 17 chapas diferente por mês.	Unidade	3.000.000		
12	Impressão de convite med. 15x21cm, 4x0 cores papel couché 230g, seleção de cores em fotolito.	Unidade	8.000		
13	Impressão em papel sulfite 75g/m ² , tam. A4, 4x0 cores bloco com 100 fls.	Bloco	100		
14	Impressão de revista tam. 21x29,7cm fechada com 120 pag. Capa papel couché 150g, com verniz total, miolo papel couché 115g, 4x4 cores, seleção de cores em fotolito.	Unidade	20.000		
15	Mapa Taquígráfico, em papel sulfite 75 g/m ² , Formato 2, branco, impressão 1 x 1, bloco com 100 folhas.	Bloco	1.000		
16	Moções papel couché, gramatura 230, brilho, formato A3, 4x0 cores, 3 modelos diferentes.	Unidade	2.000		
17	Pasta com bolso em papel couché 250 g/m ² , formato 4, impressão 4 x 0 cores.	Unidade	1.000		
18	Título de Cidadão Riobranquense, papel couché, gramatura 230, brilho, formato A3, 4x0 cores.	Unidade	2.000		
19	Título de Cidadão Verde, papel couché, gramatura 230, brilho, formato A3, 4x0 cores.	Unidade	2.000		
20	Exemplares Código de Ética da Câmara Municipal, com miolo de 100 páginas, 15x21cm, em papel offset 90g/m ² , impressão em 1x1 cores. Capa em papel cartão triplex 275g/m ² , 4x0 cores.	Unidade	10.000		
Valor Total do Lote III					

Item	Lote IV	Quantidade		Valor Unitário	Valor Total
		Unidade			
01	Camisa manga curta, gola ribana, branca, malha 100% poliester, impressão em serigrafia (policromia) frente e costa, tamanhos: P, M, G e GG.	Unidade	500		
02	Camisa manga curta, gola ribana, colorida, malha 100% poliester, impressão em serigrafia (policromia), frente e costa, tamanhos: P, M, G e GG.	Unidade	500		
Valor Total do Lote IV					

Valor total estimado: xxxx (por extenso)

(x) Declaramos que os produtos ofertados são de primeira qualidade e estamos de acordo com os termos do edital e acatamos suas determinações, bem como, informamos que nos preços propostos estão incluídos todos os custos, como fretes, impostos, obrigações, entre outros.

Local e data

Assinatura do representante



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

Carimbo da empresa

ANEXO V
MODELO DE DECLARAÇÃO
DE QUE NÃO POSSUI EMPREGADO MENOR DE 18 ANOS

À
Comissão Permanente de Licitação
A/C: Sr. Pregoeiro.
Registro de Preços-Pregão 001/2016
__ de _____ de 2016, às 09h00min

A empresa (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, DECLARA, para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, e em atendimento ao item 9.6.1.6, do Edital de Pregão Presencial SRP nº 001/2016, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

OBSERVAÇÃO: Se a licitante possuir menores de 16 anos aprendizes deverá declarar essa condição. Esta declaração deverá ser emitida em papel que identifique a licitante ou que tenha o carimbo do CNPJ.

Local e data

(assinatura e carimbo)
(representante legal)



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO VI
MODELO DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

À
Comissão Permanente de Licitação
A/C: Sr. Pregoeiro.
Registro de Preços-Pregão 001/2016
__ de _____ de 2016, às 09h00min

A empresa (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, DECLARA, conhecer e aceitar as condições constantes do Edital em referência e seus anexos, bem como a Lei Federal nº 8.666 de 21.06.93 e suas alterações de 08.06.94, bem como que não há ocorrência de fato impeditivo que impede habilitação nesta licitação.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos,

Local e data

(assinatura e carimbo)
(representante legal)



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DOS MATERIAIS

À
Comissão Permanente de Licitação
A/C: Sr. Pregoeiro.
Registro de Preços-Pregão 001/2016
__ de _____ de 2016, às 09h00min

A empresa (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, DECLARA, obter disponibilização dos materiais adquiridos por esta administração no momento em que necessitarem.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos,

Local e data

(assinatura e carimbo)
(representante legal)



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO VIII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA (ME) OU EMPRESA PEQUENA PORTE (EPP)

À
Comissão Permanente de Licitação
A/C: Sr. Pregoeiro.
Registro de Preços-Pregão 001/2016
__ de _____ de 2016, às 09h00min

A empresa (nome da empresa), inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, DECLARA, obter disponibilização dos materiais adquiridos por esta administração no momento em que necessitarem.

Sem mais para o momento, subscrevemo-nos,

Local e data

Assinatura do responsável



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO IX
MODELO DE DECLARAÇÃO DE CREDENCIAMENTO - PROCURAÇÃO
EDITAL DE PREGÃO Nº. 001/2016

Pelo presente instrumento particular de procuração e pela melhor forma de direito, a (o) (nome da empresa), com sede (endereço completo), devidamente inscrita no CNPJ sob o nº., representada, neste ato, por seu (função do agente outorgante), Sr. (a) (nome completo do agente outorgante), nomeia e constitui seu representante, o Sr. (a) (nome completo do agente outorgado), portador da cédula de identidade RG nº. e do CPF nº., a quem são conferidos poderes para representar a empresa em questão no Pregão Nº. 001/2016, instaurado pela Câmara Municipal de Rio Branco-Acre, em especial para firmar declarações e atas, apresentar/desistir da apresentação de lances verbais, negociar os valores propostos, interpor ou desistir da interposição de recursos e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame acima indicado.

LOCAL E DATA

ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA

Obs: Declaração validada mediante assinatura com firma reconhecida em cartório, apresentação de cópia autenticada de Contrato ou Estatuto Social e documento original e com foto que identifique o Credenciado.



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO X
PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 32.913/2015
MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, CONFORME PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 32.913/2015, PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016.

Aos _____ (_____) dias do mês de _____ de 2016, as _____, horas, de um lado a Câmara Municipal de Rio Branco-Acre, com sede na Rua 24 de Janeiro, n. 53, Bairro Seis de Agosto em Rio Branco-AC, inscrito no Cadastro Nacional Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda sob o nº 04.035.143/0001-90, neste ato representado pelo seu Presidente **ARTEMIO LIMA DA COSTA**, brasileiro, Vereador, residente e domiciliado nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº. 155.764 SSP/AC e inscrito no CPF Nº. 216.833.282-72, e pela sua 1ª Secretária **ROSELI COSTA**, brasileira, Vereadora, residente e domiciliada nesta cidade, portadora da cédula de identidade RG Nº. 177.350 SSP/AC e CPF Nº. 308.004.472-04, neste ato denominado simplesmente **ÓRGÃO GERENCIADOR DO REGISTRO DE PREÇOS**, realizado por meio do pregão presencial SRP nº. 00_/2016, e de outro lado as empresas adjudicatárias nos itens abaixo, **homologada em** _/~/_____, doravante denominada **FORNECEDOR**, tem entre si, justo e avençado a presente Ata que, quando publicada, terá efeito de compromisso de fornecimento, nos termos do Art. 15 da Lei n. 8.666/93, e suas alterações, observada as condições estabelecidas no ato convocatório e consoante as cláusulas que se seguem:

CLAUSULA I– DO OBJETO

Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual e futura **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO**, em atendimento as necessidades da **CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO-ACRE**, conforme especificações contidas neste edital.

CLAUSULA II - DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO: O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pela Câmara Municipal mediante assinatura de Contrato, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão Presencial SRP nº. 001/2016.

2.1. O compromisso de entrega só estará caracterizado mediante Contrato, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital de Pregão Presencial SRP nº. 001/2016.

2.2. O fornecedor registrado, dentro dos quantitativos estimados, fica obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a validade desta Ata de Registro de Preços.



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

CLAUSULA III - DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS: O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3.1. Os preços registrados e a indicação dos respectivos fornecedores detentores da Ata serão divulgados no Diário Oficial do Estado.

CLAUSULA IV – DOS PREÇOS: A qualquer tempo, conforme previsto no Edital do Pregão Presencial SRP nº. 00__/2016, o preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles existentes no mercado, cabendo o Órgão Gerenciador, convocar os fornecedores registrados para negociar o novo valor.

4.1. Caso o fornecedor registrado se recuse a baixar os preços registrados, o Órgão Gerenciador, poderá cancelar o registro ou convocar todos os fornecedores registrados para oferecerem nova propostas, gerado novo julgamento e adjudicação para esse fim.

4.2. Os preços não serão reajustados durante o período de validade da Ata de Registro de Preços.

4.3. O diferencial de preço entre a proposta inicial do fornecedor detentor da Ata e a pesquisa de mercado efetuada pelo Órgão Gerenciador à época da licitação, bem como eventuais descontos por ela concedidos serão sempre mantidos.

CLAUSULA V – DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS

5.1. O Órgão Gerenciador adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

5.2 DOS PREÇOS REGISTRADOS POR LOTE E EMPRESAS VENCEDORAS

Empresa Vencedora do Lote I:

Item	Lote I	Quantidade		Valor Unitário	Valor Total
		Unidade	Pedida		
01	Impressão e veiculação de Busdoor, med. 2,10x10m pelo período de 06 meses.	Unidade	100		

Empresa Vencedora do Lote II:

Item	Lote II	Quantidade		Valor Unitário	Valor Total
		Unidade			
01	Impressão e veiculação de Outdoor em lona vinil 450g pelo período de 06 meses.	Unidade	50		
02	Impressão e veiculação digital de Outdoor em papel, pelo período de 15 dias.	Unidade	60		
03	Faixa em lona vinil com impressão digital 380g.	m ²	100		
04	Banner em lona vinil com impressão digital 380g.	m ²	100		
Valor Total do Lote II					

Empresa Vencedora do Lote III:

Item	Lote III	Quantidade		Valor Unitário	Valor Total
		Unidade			
01	Capa de processo administrativo em papel cartão 170 g/m ² , formato 32,5x47cm, impressão 4x0 cores.	Unidade	2.500		
02	Capa de processo legislativo em papel cartão 170 g/m ² , formato 42x32,5cm, impressão 4x0 cores.	Unidade	1.500		
03	Envelope craft ouro 18 x 24, 90 g/m ² , 1 x 0 cores.	Unidade	1.500		



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

04	Envelope craft ouro 24 x 34, 90 g/m ² , 1 x 0 cores.	Unidade	3.000		
05	Envelope craft ouro 26 x 36, 90 g/m ² , 1 x 0 cores.	Unidade	3.000		
06	Envelope craft ouro 31 x 41, 90 g/m ² , 1 x 0 cores.	Unidade	3.000		
07	Exemplares Lei Orgânica do Município, com miolo de 100 páginas, 15x21cm, em papel offset 90g/m ² , impressão em 1x1 cores. Capa em papel cartão triplex 275g/m ² , 4x0 cores.	Unidade	10.000		
08	Exemplares Regimento Interno da Câmara Municipal, com miolo de 100 páginas, 15x21cm, em papel offset 90g/m ² , impressão em 1x1 cores. Capa em papel cartão triplex 275g/m ² , 4x0 cores.	Unidade	10.000		
09	Impressão de Folders, tamanho A4, 4x4 cores, 02 dobras, em papel couché 115g, seleção de cores em fotolito, com emissão de 17 chapas diferente por mês.	Unidade	2.500.000		
10	Impressão de panfletos, tamanho 12x21cm, 4x0 cores, papel couché 115g, seleção de cores em fotolito.	Unidade	100.000		
11	Impressão de Informativo, tamanho 33x48, aberto (01 folha) 4x4 cores, papel jornal 48g, seleção de cores em fotolito, 17 modelos mensais com emissão de 17 chapas diferente por mês.	Unidade	3.000.000		
12	Impressão de convite med. 15x21cm, 4x0 cores papel couché 230g, seleção de cores em fotolito.	Unidade	8.000		
13	Impressão em papel sulfite 75g/m ² , tam. A4, 4x0 cores bloco com 100 fls.	Bloco	100		
14	Impressão de revista tam. 21x29,7cm fechada com 120 pag. Capa papel couché 150g, com verniz total, miolo papel couché 115g, 4x4 cores, seleção de cores em fotolito.	Unidade	20.000		
15	Mapa Taquigráfico, em papel sulfite 75 g/m ² , Formato 2, branco, impressão 1 x 1, bloco com 100 folhas.	Bloco	1.000		
16	Moções papel couché, gramatura 230, brilho, formato A3, 4x0 cores, 3 modelos diferentes.	Unidade	2.000		
17	Pasta com bolso em papel couché 250 g/m ² , formato 4, impressão 4 x 0 cores.	Unidade	1.000		
18	Título de Cidadão Riobranquense, papel couché, gramatura 230, brilho, formato A3, 4x0 cores.	Unidade	2.000		
19	Título de Cidadão Verde, papel couché, gramatura 230, brilho, formato A3, 4x0 cores.	Unidade	2.000		
20	Exemplares Código de Ética da Câmara Municipal, com miolo de 100 páginas, 15x21cm, em papel offset 90g/m ² , impressão em 1x1 cores. Capa em papel cartão triplex 275g/m ² , 4x0 cores.	Unidade	10.000		
Valor Total do Lote III					

Empresa Vencedora do Lote IV:

Item	Lote IV	Quantidade		Valor Unitário	Valor Total
		Unidade			
01	Camisa manga curta, gola ribana, branca, malha 100% poliester, impressão em serigrafia (policromia) frente e costa, tamanhos: P, M, G e GG.	Unidade	500		
02	Camisa manga curta, gola ribana, colorida, malha 100% poliester, impressão em serigrafia (policromia), frente e costa, tamanhos: P, M, G e GG.	Unidade	500		
Valor Total do Lote IV					



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

CLAUSULA VI - DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

CLAUSULA VII - DO CANCELAMENTO DO REGISTRO: O fornecedor terá seu registro cancelado quando:

7.1. Descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

7.2. Não retirar a respectiva nota de empenho ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

7.3. Não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; e

7.4. Tiver presentes razões de interesse público.

7.4.1. O cancelamento de registro, nas hipóteses prevista, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.4.2. O fornecedor poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrente de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovado.

CLAUSULA VIII - DA DIVULGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: a Publicação resumida desta Ata de Registro de Preços no diário Oficial do Estado, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo Órgão Gerenciador até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data.

CLAUSULA IX - DA UTILIZAÇÃO DA ATA E DOS PREÇOS:

9.1 A Presente Ata de Registro de Preços, durante sua vigência poderá ser usada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, desde que devidamente justificada a vantagem, mediante anuência do órgão gerenciador.

9.2 O preço ofertado pela(s) empresa(s) signatária(s) da presente Ata de Registro de Preços é o especificado no Anexo I, de acordo com a especificação no Pregão Presencial SRP nº. 00__/2016.

9.3 Em cada fornecimento decorrente desta Ata serão observadas, quanto ao preço, as cláusulas e condições constantes do edital do Pregão Presencial SRP nº. 00__/2016, que a precedeu e integra o presente instrumento de compromisso.

9.4 A cada fornecimento, o preço unitário a ser pago, será o constante da proposta apresentada no Pregão Presencial SRP nº. 00__/2016, pelas empresas detentoras da presente Ata, as quais também a integram.

CLAUSULA X – DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA:

10.1 Os materiais deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua 24 de janeiro, nº 53 – Bairro Seis de agosto, na cidade de Rio Branco-Acre.



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

10.2 Entregar os materiais, conforme necessidade no almoxarifado da Câmara Municipal, e deverão ser entregues num prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar do recebimento da requisição devidamente assinada.

10.5 – A licitante vencedora garantirá a qualidade dos materiais pelo prazo estabelecido pelo fabricante.

10.6 – Os materiais deverão ser transportados adequadamente, de forma a assegurar a sua qualidade.

10.7 – A licitante vencedora, sujeitar-se-á a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CÂMARA MUNICIPAL, encarregada de acompanhar a entrega dos materiais prestando esclarecimento solicitados atendendo as reclamações formuladas, inclusive todas as entregas e anexar a Nota Fiscal, qual deverá ser acompanhado por um encarregado designado.

10.8 – A licitante vencedora, ficará obrigada à trocar as suas expensas o material que vier a ser recusado sendo que ato de recebimento não importará sua aceitação.

10.9 – Independentemente da aceitação, a adjudicatária garantirá a qualidade dos produtos obrigando-se a repor aquele que apresentar defeito ou for entregue em desacordo com o apresentado na proposta.

CLAUSULA XI – DO PAGAMENTO:

11.1 - O pagamento será feito DE IMEDIATO após a data do recebimento dos materiais, mediante a apresentação da Nota Fiscal, diretamente na Diretoria de Finanças da Câmara Municipal, ou mediante a emissão de Ordem Bancária em conta corrente indicada pela contratada, obedecendo ao item 21 do edital e seus subitens.

11.2 – Nenhum pagamento será efetuado à licitante vencedora enquanto pendente de liquidação obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência.

CLAUSULA XII – DAS OBRIGADAÇÕES DA CONTRATADA:

12.1 – Fornecer os materiais, objeto desta contratação, com observância dos demais cargos e responsabilidades cabíveis.

12.2 – Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações.

12.3 – substituir e/ou corrigir, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, os materiais não aceitos pelo CONTRATANTE em razão da ocorrência erros e/ou defeitos.

12.4 – Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLAUSULAS XIII – DAS PENALIDADES:

13.1 – Com fulcro no artigo 7º da Lei 10.520/2002 e artigos 86 e 87 da Lei 8.666/93, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as penalidades, sem prejuízos das responsabilidades civil e criminal.

13.2 - Pela inexecução das condições estipuladas na carta-contrato, a Contratada ficará sujeita às penalidades de advertência, multa, suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no instrumento convocatório e na carta-contrato e as demais cominações legais.



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

13.3 – As penalidades previstas nesta cláusula obedecerão ao procedimento administrativo previsto na Lei 8.666/93 e Lei 10.520/2002 e suas alterações.

CLAUSULAS XIV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

14.1 – Integra esta Ata, o Anexo I - Registro de Lances, classificação de 1º e 2º lugar no certame supramencionado.

CLAUSULA XV - DO FORO: Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro de Rio Branco do Estado do Acre, com exclusão de qualquer outro.

E, por assim estarem justas e contratadas, depois de lido e achado conforme, assinam as partes o presente instrumento junto às testemunhas que também o subscrevem, a tudo presentes.

Rio Branco-AC, __ de _____ de 2016.

Pela contratante:

Ver. ARTEMIO LIMA DA COSTA
Presidente - CMRB
Órgão Gerenciador

Ver. ROSELI COSTA
1º Secretária - CMRB
Órgão Gerenciador

EMPRESAS PARTICIPANTES:

Empresa, CNPJ nº
Representante, RG e CPF
FORNECEDOR REGISTRADO

Empresa, CNPJ nº
Representante, RG e CPF
FORNECEDOR REGISTRADO



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO XI

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 32.913/2015

Senhor Licitante,

Visando comunicação futura entre essa Câmara Municipal e esta empresa, solicitamos de Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do edital e remeter a Comissão Permanente de Licitação por meio do **e-mail: cpl@riobranco.ac.leg.br**. A não remessa do recibo exime a Comissão Permanente de Licitação da comunicação de eventuais retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais.

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL

Razão Social:
CNPJ N.º
Endereço:
E-mail:
Cidade: Estado:
Telefone/Fax
Pessoa para contato:

OBJETO: Registro de Preços, pelo prazo de 12 (doze) meses, para eventual e futura aquisição de **material de consumo**, em atendimento as necessidades da Câmara Municipal.

Local: _____, _____, de _____ de 2016.

Assinatura(Empresa)



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

ANEXO XII

PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016
REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO N. 32.913/2015

MINUTA DE CONTRATO

A **Câmara Municipal de Rio Branco-Acre**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 04.035.143/0001-90, com sede na Rua 24 de janeiro, nº 53 – Bairro Seis de Agosto, representada neste ato pelo seu Presidente **ARTEMIO LIMA DA COSTA**, brasileiro, Vereador, residente e domiciliado nesta cidade, portador da cédula de identidade RG Nº. 155.764 SSP/AC e inscrito no CPF Nº. 216.833.282-72, e pela sua 1ª Secretária **ROSELI COSTA**, brasileira, Vereadora, residente e domiciliada nesta cidade, portadora da cédula de identidade RG Nº. 177.350 SSP/AC e CPF Nº. 308.004.472-04, doravante denominada **CONTRATANTE**, e do outro lado, a empresa _____, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº. _____, com sede na _____ (endereço completo), representada neste ato por seu procurador, (nome do procurador – representante) _____, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da cédula de identidade/RG nº. _____, inscrito no CPF/MF sob o nº. _____, doravante denominado **CONTRATADA**, tem entre si ajustado o presente instrumento para **FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO**, conforme - **Processo nº. 32.913/2015 – Pregão Presencial SRP n.º 001/2016 – Tipo menor preço por Lote**, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente Contrato tem por objeto a **AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO**, conforme Anexo I Edital do Pregão Presencial SRP nº. 00__/2016, para a Câmara Municipal de Rio Branco-Acre, conforme especificações e discriminações indicadas abaixo:

Empresa Vencedora do Lote I:

Item	Lote I	Quantidade		Valor Unitário	Valor Total
		Unidade	Pedida		
01	Impressão e veiculação de Busdoor, med. 2,10x10m pelo período de 06 meses.	Unidade	100		

Empresa Vencedora do Lote II:

Item	Lote II	Quantidade		Valor Unitário	Valor Total
		Unidade			
01	Impressão e veiculação de Outdoor em lona vinil 450g pelo período de 06 meses.	Unidade	50		
02	Impressão e veiculação digital de Outdoor em papel, pelo período de 15 dias.	Unidade	60		
03	Faixa em lona vinil com impressão digital 380g.	m ²	100		
04	Banner em lona vinil com impressão digital 380g.	m ²	100		
Valor Total do Lote II					



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

Empresa Vencedora do Lote III:

Item	Lote III	Quantidade		Valor Unitário	Valor Total
		Unidade			
01	Capa de processo administrativo em papel cartão 170 g/m ² , formato 32,5x47cm, impressão 4x0 cores.	Unidade	2.500		
02	Capa de processo legislativo em papel cartão 170 g/m ² , formato 42x32,5cm, impressão 4x0 cores.	Unidade	1.500		
03	Envelope craft ouro 18 x 24, 90 g/m ² , 1 x 0 cores.	Unidade	1.500		
04	Envelope craft ouro 24 x 34, 90 g/m ² , 1 x 0 cores.	Unidade	3.000		
05	Envelope craft ouro 26 x 36, 90 g/m ² , 1 x 0 cores.	Unidade	3.000		
06	Envelope craft ouro 31 x 41, 90 g/m ² , 1 x 0 cores.	Unidade	3.000		
07	Exemplares Lei Orgânica do Município, com miolo de 100 páginas, 15x21cm, em papel offset 90g/m ² , impressão em 1x1 cores. Capa em papel cartão triplex 275g/m ² , 4x0 cores.	Unidade	10.000		
08	Exemplares Regimento Interno da Câmara Municipal, com miolo de 100 páginas, 15x21cm, em papel offset 90g/m ² , impressão em 1x1 cores. Capa em papel cartão triplex 275g/m ² , 4x0 cores.	Unidade	10.000		
09	Impressão de Folders, tamanho A4, 4x4 cores, 02 dobras, em papel couché 115g, seleção de cores em fotolito, com emissão de 17 chapas diferente por mês.	Unidade	2.500.000		
10	Impressão de panfletos, tamanho 12x21cm, 4x0 cores, papel couché 115g, seleção de cores em fotolito.	Unidade	100.000		
11	Impressão de Informativo, tamanho 33x48, aberto (01 folha) 4x4 cores, papel jornal 48g, seleção de cores em fotolito, 17 modelos mensais com emissão de 17 chapas diferente por mês.	Unidade	3.000.000		
12	Impressão de convite med. 15x21cm, 4x0 cores papel couché 230g, seleção de cores em fotolito.	Unidade	8.000		
13	Impressão em papel sulfite 75g/m ² , tam. A4, 4x0 cores bloco com 100 fls.	Bloco	100		
14	Impressão de revista tam. 21x29,7cm fechada com 120 pag. Capa papel couché 150g, com verniz total, miolo papel couché 115g, 4x4 cores, seleção de cores em fotolito.	Unidade	20.000		
15	Mapa Taquigráfico, em papel sulfite 75 g/m ² , Formato 2, branco, impressão 1 x 1, bloco com 100 folhas.	Bloco	1.000		
16	Moções papel couché, gramatura 230, brilho, formato A3, 4x0 cores, 3 modelos diferentes.	Unidade	2.000		
17	Pasta com bolso em papel couché 250 g/m ² , formato 4, impressão 4 x 0 cores.	Unidade	1.000		
18	Título de Cidadão Riobranquense, papel couché, gramatura 230, brilho, formato A3, 4x0 cores.	Unidade	2.000		
19	Título de Cidadão Verde, papel couché, gramatura 230, brilho, formato A3, 4x0 cores.	Unidade	2.000		
20	Exemplares Código de Ética da Câmara Municipal, com miolo de 100 páginas, 15x21cm, em papel offset 90g/m ² , impressão em 1x1 cores. Capa em papel cartão triplex 275g/m ² , 4x0 cores.	Unidade	10.000		
Valor Total do Lote III					

Empresa Vencedora do Lote IV:

Item	Lote IV	Quantidade	Valor	Valor
------	---------	------------	-------	-------



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

		Unidade		Unitário	Total
01	Camisa manga curta, gola ribana, branca, malha 100% poliester, impressão em serigrafia (policromia) frente e costa, tamanhos: P, M, G e GG.	Unidade	500		
02	Camisa manga curta, gola ribana, colorida, malha 100% poliester, impressão em serigrafia (policromia), frente e costa, tamanhos: P, M, G e GG.	Unidade	500		
Valor Total do Lote IV					

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2.1. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA pelo fornecimento de MATERIAL DE CONSUMO, os preços constantes de sua proposta de preços apresentada á CONTRATANTE na data de _____ de _____ de 2016, que fica fazendo parte integrante do presente contrato.

2.2. Este contrato totaliza o valor de R\$ _____ (por extenso).

2.3. A CONTRATANTE se obriga a pagar a CONTRATADA pelo fornecimento dos materiais objeto deste contrato, conforme descrito na CLAUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, a importância dos valores por preços globais, após 30 (trinta) dias do recebimento da Nota Fiscal/Fatura, que deverá ser emitida na data da entrega dos itens a ela adjudicados.

2.4. Os preços contratados incluem todas as despesas diretas e indiretas, aduzindo que à CONTRATANTE não caberá nenhum ônus além dos preços anteriormente contratados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

3.1. O presente contrato terá vigência de __ (____) meses, com início a contar da sua assinatura.

CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL DA ENTREGA

4.1. Os materiais deverão ser entregues em até **05 (cinco) dias** na Seção de Almoxarifado, no endereço sito á Rua 24 de janeiro, nº 53 – Bairro Seis de Agosto, de 2ª á 6ª feira, nos horários das 08h00min às 13h00min dos dias úteis.

4.3. No ato da entrega deverá ser emitida a Nota Fiscal/Fatura que nela deverá constar o numero relativo ao processo originário e de seu pedido correspondente.

4.4. Fica acertado que caso a data efetiva da entrega coincida com feriado ou ponto facultativo na repartição, passará a entrega para o próximo dia útil.

CLÁUSULA QUINTA– DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. As despesas decorrentes da execução do presente onerarão verbas das **dotações orçamentária**, constantes do orçamento do corrente exercício.

CLÁUSULA SEXTA – DOS PAGAMENTOS

6.1. Para efeito de pagamento, a Contratada encaminhará, após a efetiva entrega das mercadorias, a respectiva Nota Fiscal/Fatura. As faturas deverão ser feitas individualmente por nota de empenho.

6.2. As notas fiscais/faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas a detentora da Ata para as devidas correções. Nesse caso, o prazo de que se trata este subitem começara a fluir a partir da data de apresentação da nota fiscal/fatura, sem incorreções.



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS SANÇÕES

7.1. Pela inexecução total ou parcial do presente Termo Contratual, a Administração poderá aplicar, à Contratada, caso venha a incorrer em uma das situações previstas no art. 78, incisos I a XI da Lei N.º 8.666/93, e, segundo a gravidade da falta cometida, as seguintes penalidades, sem prejuízo das demais sanções legalmente estabelecidas:

7.1.1. advertência;

7.1.2. multa:

7.1.2.1. de 0,33% (trinta e três décimos por cento) sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, a contar da data do inadimplemento, limitada ao percentual máximo de 20% (vinte inteiros por cento), inclusive nos casos e inadimplência dos produtos defeituosos.

7.1.2.2. de 2% (dois inteiros por cento) sobre o valor do contrato, devido a não entrega dos materiais conforme as especificações do edital e nos casos de descumprimento de quaisquer das condições do edital ou do presente Termo Contratual.

7.1.3. suspensão temporária de participar de Licitação e contratar com a **Administração** pelo prazo de até 2 (dois) anos;

7.1.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art. 87 da Lei 8.666/93.

7.1.5. As penalidades poderão ser aplicadas concomitantemente, conforme parágrafo segundo do artigo 87 da Lei Federal 8.666/93, com as alterações nela introduzidas pela Lei Federal 8.883/94.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

8.1. A rescisão contratual ocorrerá na forma e condições estabelecidas no Capítulo III, seção V, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA NONA - DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

9.1 O presente Contrato poderá ser alterado unilateralmente pela Administração ou por acordo entre as partes, desde que devidamente justificado e nas hipóteses previstas no Artigo 65 da Lei Nº 8.666/93, e atualizações posteriores.

CLÁUSULA DECIMA - DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

10.1. Fica o (a) servidor (a) Sr. (a) XXXX portador (a) do RG nº. XXXXXXXXXXXX SSP/AC, responsável pelo acompanhamento e fiscalização do presente contrato, de acordo com os parágrafos 1º e 2º, do artigo 67, da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

CLAÚSULA DECIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Integram o presente contrato o Edital do Pregão Presencial SRP nº. 00__/2016, o Anexo I (Especificação do Objeto), a Ata de Registro de Preços, a Ata de Sessão Pública de Lances e Grade de Lances.

11.2. Na contagem dos prazos mencionados neste contrato excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento.

11.3. Só se iniciam e vencem os prazos mencionados neste termo em dia útil e em dia de expediente da Câmara Municipal de Rio Branco-Acre.



ESTADO DO ACRE
CÂMARA MUNICIPAL DE RIO BRANCO
Comissão Permanente de Licitação

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Rio Branco-Acre com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do presente Contrato.

E, após terem lido e concordado, celebram as partes o presente contrato em 03 (três) vias de igual teor e forma assinadas e rubricadas.

Rio Branco-Acre, ____ de _____ de 2016.

Pela contratante:

Ver. ARTEMIO LIMA DA COSTA
Presidente - CMRB

Ver. ROSELI COSTA
1º Secretária – CMRB

CONTRATADA:

Empresa, CNPJ nº
Representante, RG e CPF

TESTEMUNHAS (No mínimo 2)
RG e CPF